

# Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano: um relato do contexto histórico e contemporâneo dos caminhos das águas do Rio São Francisco

Ruben Siqueira<sup>1</sup>

*Pergunto-me: Como é que pode haver  
Alguma beira de rio sem cor  
E sem passaredo?  
Bem longe, aquele escombrosombrio  
Desenfeita a margem direita  
À margem esquerda, medro.*

*(Virgílio Siqueira. À margem de um rio seco)*

<sup>1</sup>Graduado em Filosofia e Pedagogia, MSc em Ciências Sociais. Membro da Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra. e-mail: siqueira.ruben@gmail.com

## RESUMO

Este relato de experiência apresenta o contexto histórico e ambiental contemporâneo Sertão do São Francisco Baiano em atividade desenvolvida durante a “Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano”. Esta atividade ocorreu em 26 de junho de 2017, durante encontro de preparação dos participantes para a caravana. Nesta, evidenciou-se a realidade do Semiárido Baiano com destaque para os aspectos sociohistóricos vivenciados por comunidades tradicionais, associações de pescadores e demais trabalhadores do campo deste território. Além disso, também se apontou para os impactos socioambientais da proposta de desenvolvimento e atividades econômicas historicamente constituídas nesta região que levaram à poluição das águas do “Velho Chico” e degradação ambiental. As experiências de resistência popular das comunidades apontam para a necessidade de socialização dos anúncios, denúncias e conflitos, bem com a realização de intercâmbios e trocas experiências agroecológicas como alternativas ao desenvolvimento devastador que se deu no Sertão Baiano.

**Palavras-chave:** Agroecologia, Comunidades Tradicionais, Desenvolvimento Rural.

**Agroecological Caravan of the Baiano Semi-Arid: an account of the historical and contemporary context of the waterways of São Francisco River**

## ABSTRACT

This experience report presents the historical and environmental context contemporary Sertão of the São Francisco Baiano in activity developed during the “Agroecological Caravan of the Semi-Arid Baiano”. This activity occurred on June 26, 2017, during a meeting of participants preparation for the caravan. In this, the reality of the Bahian semi-arid region was evidenced, highlighting the sociohistorical aspects experienced by traditional communities, fishermen’s associations and other rural workers in this territory. In addition, it was also pointed out the socio-environmental impacts of the proposed development and economic activities historically constituted in this region that led to the

pollution of the “Velho Chico” waters and environmental degradation. The experiences of popular resistance of the communities point to the need to socialize the ads, denunciations and conflicts, as well as the exchange and exchange of agroecological experiences as alternatives to the devastating development that took place in the Sertão Baiano.

**Keywords:** Agroecology, Traditional Communities, Rural Development.

## Apresentação e Contextualização do Relato de Ruben Siqueira

O trabalho a seguir é um relato apresentado pelo autor, Ruben Siqueira, na abertura das atividades da Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano, realizada entre os dias 26 e 30 de junho do corrente ano. Atuando junto à Comissão Pastoral da Terra CPT – Bahia e na Coordenação Executiva Nacional da CPT, na Articulação Popular São Francisco Vivo e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, o autor também morou por 12 anos na região do Semiárido Baiano onde atua há 32 anos.

A caravana foi proposta pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e contou com o apoio de instituições de ensino, pesquisa, extensão, organizações de assessoria aos agricultores familiares, bem como movimentos sociais, fóruns, coletivos, além do Ministério Público da Bahia. Essa ação teve por objetivo lançar um olhar sobre os sistemas agroalimentares e impactos de diferentes forças que disputam o modelo de desenvolvimento em territórios que compõem a bacia do Rio São Francisco no Semiárido Baiano perpassando por eixos envolvendo as temáticas da “terra, água e alimentos sem veneno” (Figura 1). Além disso, também se propôs a afirmar e dar visibilidade aos anúncios, denúncias, conflitos, experiências de resistência e de autonomia, de organização que caracterizam as comunidades e territórios por onde as duas rotas da caravana passam.



Figura 1. Divulgação da Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano. Fonte: ABRASCO, 2017.

Por seu conhecimento da realidade socioambiental e histórica desta região do Semiárido Baiano, Rubem foi convidado a apresentar aos participantes da caravana um panorama dos desafios vivenciados pelas comunidades desta região da Bahia. Assim, fez um relato do contexto sociohistórico da região destacando aspectos das duas rotas percorridas pelos caravaneiros (Figura 2). Nas atividades da caravana que se seguiram nos dias 27 e 29 foram organizadas em duas rotas para ampliar o olhar sobre as da região.



Figura 2. Rubem Siqueira faz relato do contexto sócio-histórico dos territórios da Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano. Fonte: foto de autoria de Adriano Lima, divulgação Projeto RENDA.

A **Rota 1** seguiu ao longo do Rio Salitre, afluente do São Francisco, passando pelos municípios de Rio Formoso e Jacobina. A **Rota 2** percorreu em torno do Lago de Sobradinho, pelos municípios de Sobradinho, Casa Nova e Remanso. Em ambas as rotas foram visitadas comunidades tradicionais (camponeses, quilombolas, fundo de pasto), associações de pescadores, serviços de saneamento (estação de tratamento de esgotos, aterro sanitário) e processos produtivos (mineração, eólicas, agronegócio) e outros. No dia 30 foi realizada uma atividade de socialização dos anúncios, denúncias, conflitos, experiências de resistência e de promoção da autonomia do campo da agroecológica.

Esse primeiro momento da caravana preparou os olhares, como demonstrado na sistematização gráfica (Figura 3), para as atividades dos quatro dias seguintes, culminando, ao final com o encontro dos participantes das duas rotas para socialização das vivências.

A Caravana do Semiárido Baiano reuniu cerca de 70 pessoas representando a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Ministério Público da Bahia, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), o Serviço de Assessoria Social a Organizações Populares (SASOP), a Rede Núcleos de Agroecologia do Nordeste (Projeto RENDA), a Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA), Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar do Piemonte (COFASPI), SINTAGRO Juazeiro – BA, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Grupo de Pesquisa GEOGRAFAR/UFVA, Rede Territorial de Agroecologia do Sertão do São Francisco Baiano e Pernambucano PE/BA, Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG Ayni/UFPE),

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sertão Agroecológico (NUPESA/UNIVASF), Fórum Baiano de Combate ao Uso de Agrotóxicos, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco (CBHSF), Agência Peixe Vivo, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre, TERRAL Coletivo de Comunicação Popular, dentre outras organizações e representações.



Figura 3. Sistematização Gráfica do primeiro encontro dos participantes da caravana. Fonte: Sertão Agroecológico, jun/2017.

O texto do relato foi transcrito pela comissão de relatoria da caravana e posteriormente revisado pelo autor e apresentado por mim, professor Helder Ribeiro Freitas, editor do presente número da Extramuros.

Boa leitura!

### Contexto Histórico e Contemporâneo do Sertão do São Francisco Baiano

É uma tarefa bastante desafiadora que me deram, também por conta de tanta gente sabida dessa região que está aqui presente. Veja só, eu gosto do mote, nordestino assumido, mais da metade da vida aqui, deixando de ser “paulista” faz tempo... Alceu Amoroso Lima, também chamado Tristão de Athayde, disse e Ariano Suassuna repetia: *“Do Nordeste para Minas corre um eixo que, não por acaso, segue o curso do Rio São Francisco, o rio da unidade nacional. A esse eixo o Brasil tem que voltar de vez em quando se não quiser se esquecer que é Brasil”*.

Forçosamente a pergunta hoje é: o Brasil ainda é o Brasil? O que é o Brasil? O que já foi e o que é hoje? A quem interessa o Brasil? Quem define o que é, para que e para quem serve e para que e para quem não serve essa coisa chamada Brasil? São perguntas mais que pertinentes sempre e mais atualmente, em tempo de golpes e retrocessos... Se a gente tem este mote como pano de fundo desta caravana agroecológica, a gente vai olhar pra esse eixo do Brasil e descobrir o quanto essas questões aqui eclodem e reverberam fortemente. Inda mais que a ideia de Brasil quase sempre esteve associada a um destino grandioso, alcançável pelo desenvolvimento de suas imensas riquezas naturais e potencialidades.

O que acontece aqui no Submédio do São Francisco tem um marco, que é o pós-guerra<sup>2</sup>. O que significou depois da Segunda Guerra Mundial, o redesenho do mundo, sob a hegemonia dos EUA? Interessa-nos o que os EUA fizeram aqui, como estratégia de dominação, sob a égide do “desenvolvimento”, da exploração dos chamados recursos naturais disponíveis, a título de superação da pobreza, do “subdesenvolvimento”, no contexto da chamada “guerra fria”. O maior estudo do Vale do São Francisco, até hoje, foi feito nesta época, por um grupo de cientistas sociais dos EUA liderados por Donald Pierson e foi publicado pela então SUVALE (Superintendência do Vale do São Francisco), em 1972, em três volumes, com cerca de 1.500 páginas<sup>3</sup>. Todas essas áreas, manchas de solo irrigáveis do vale do São Francisco, foram mapeadas por eles, nos anos 1950. Hoje são os perímetros públicos de irrigação que se tornaram o “Eldorado” que atrai empresários e trabalhadores de todo canto em busca do dinheiro fácil...

Neste contexto, esta ofensiva estadunidense, também traduzida como “Aliança para o Progresso”, sob controle da USAID (*United States Agency for International Development*), se dá nos mesmos marcos da “Revolução Verde”, a modernização tecnológica da agricultura, empreitada na qual se uniram o governo Roosevelt e a Fundação Rockefeller, com a promessa de acabar com a fome no mundo... O discurso do desenvolvimento se impõe desde então até hoje, o Estado o patrocina, a sociedade o aceita, na crença de que é a única maneira de progredir, gerar emprego e distribuir renda, e todo mundo se dar bem... É tão poderosa ideologia que, mesmo isto não acontecendo na prática, o desenvolvimento segue justificando altos investimentos públicos, altos ganhos privados e altos custos (e injustiças) socioambientais e ecológicos.

## Rios de história

O Salitre é esse vale que a Rota 01 vai contemplar. Depois esbarra em um trecho da Bacia do Itapicuru, em Jacobina, por onde vieram os bandeirantes e os missionários para o Salitre e o São Francisco. No mais, os municípios de Campo Formoso, Ouroilândia, Mirangaba são bacia do Salitre. Uma bacia importante, histórica, das terras mais férteis do mundo, segundo um padre irlandês que tinha aqui e entendia de agronomia. Nele se instalou a primeira fazenda de gado, no século XVI. Era o último afluente perene do São Francisco, caso raro de rio perene do Semiárido, nascido na Chapada Diamantina, em Morro do Chapéu. O nome vem da incidência do mineral salitre, que, no período da Colônia, era importante na composição da pólvora. A colonização do Vale do Salitre se deu no período colonial, século XVII. Por causa dessa fertilidade, já era uma região muito populosa, com várias etnias, pertencentes ao grupo dos Kiriris, que fizeram história no Salitre.

Quem já foi ou vai à Praia do Forte ao norte de Salvador, precisa saber que aquele castelo, dos Garcia d'Ávila, era o início da sesmaria deles que passava por aqui e ia até o sul do Piauí. Quem vai para Campo Alegre de Lourdes, Rota 02, se andar mais um pouco, chega ao Morro Cabeça no Tempo, já no sul do Piauí, hoje sede do município, cujo nome – conta-se por lá – teria sido dado pelo Francisco Dias d'Ávila II, neto do primeiro, como limite da sesmaria de 380 mil léguas sertão adentro, desde a Praia do Forte... Área complementar por ter liquidado, no Salitre, a “Confederação dos Kiriris” no Salitre, movimento de resistência que fez par com o mais famoso Quilombo dos Palmares. A sesmaria já tinha sido ganha pelo avô, militar da comitiva de Tomé de Souza (1548), como prêmio por ter dizimado os Tupinambás da Baía de Todos os Santos, onde hoje é Salvador. Os índios rebelados atacavam as missões jesuíticas e ameaçavam a estabilidade do empreendimento colonial, em que Igreja e Estado estavam juntos fazendo o negócio

<sup>2</sup> Aproveito pra trazer aqui a referência de um livro que foi um agrônomo, Sebastião Pinheiro, que me fez ler e pensar no rumo de Alceu Amoroso Lima e Ariano Suassuna... Chama-se *Hítler ganhou a guerra*, resultado de um trabalho de 12, 15 anos de pesquisa de um jornalista e economista argentino chamado Walter Graziano. Está disponível na internet.

<sup>3</sup> ACF. MAIO, Marcos C.; OLIVEIRA, Nemuel S. & LOPES, Thiago C. *Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: Cientistas Sociais em Ação na Era do Desenvolvimento*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, 56 (2): 245 a 284, Rio de Janeiro 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n2/01.pdf>. Acessado em: 29mar17.

da matriz em Portugal. Acuados pelo exército dos d'Ávila, 500 Kiriris se renderam sob a promessa de terem sua vida poupada. Foram amarrados e massacrados. O governador geral mandou o bispo celebrar missa de ação de graças...

E o grande negócio nestes sertões era o gado. A empresa colonial monocultora no litoral, os engenhos de açúcar, demandavam animais de tração, alimento, carne e couro. O couro tinha muitas serventias, inclusive armazenar o açúcar que ia para Portugal. Antonil, famoso jesuíta historiador do Brasil Colônia, chega a falar em 20 mil cabeças de gado aqui, em 500 currais na Bahia e 800 currais em Pernambuco. O Rio São Francisco foi a porta de entrada e o eixo deste empreendimento colonial sertanejo. O São Francisco, os índios o chamavam de Opará, que quer dizer mais do que apenas “rio-mar”, Opará é um rio sem paradeiro certo, sem rumo definido, errático, segundo um belo dicionário tupi-guarani / português que tinha aqui na biblioteca da diocese, a maior do vale do São Francisco, que Dom José Rodrigues carinhosamente montou e mantinha e está fechada... As caravelas portuguesas, segundo documentos da época, quando vinham da metrópole, chegavam quase sem água doce, e iam direto à foz do São Francisco para se provisionar de água doce a 12 quilômetros da foz e continuar a viagem para Salvador, Rio de Janeiro... Provavelmente foi por aí que Américo Vespúcio e André Gonçalves “descobriram” o rio em 04 de outubro de 1501, dia de São Francisco. E ele passou a ser o “rio dos currais”...

De “rio dos currais” tornou-se “rio da energia”, sacrificado numa cascata de barragens, com 70% de suas águas comprometidas na produção de hidroeletricidade. Mas ele teve outra importância fundamental. O rio tem 2.830 km de extensão, é navegável por 1.371 km, entre Pirapora (MG) e aqui Juazeiro. E a navegação foi muito importante e atribui-lhe o pomposo nome de “rio da integração” ou “da unidade nacional”. Porque foi o meio de transporte principal por vários séculos, praticamente da época colonial até meados do século XX, com a imposição do automóvel e do transporte rodoviário, motores da industrialização. Mais do que pelo litoral – o Brasil nunca teve navegação de cabotagem importante – o transporte de pessoas e cargas se deu por aqui. Como eixo da “economia do catado”, feita pelos barcos que traziam e levavam a produção dos portos, que toda comunidade ribeirinha tinha. O comércio entre o Nordeste pioneiro e o Sul / Sudeste “desenvolvido” era praticamente todo por aqui. Era impressionante, pelo que contam os antigos e os documentos históricos, a quantidade e a diversidade de embarcações. Fala-se muito por aqui dos “ajojos”, barcos a vela interligados para mais capacidade. No Baixo São Francisco eram famosas as “canoas de tolda”. Em todo canto os “remeiros”, homens fortes que moviam os pesados barcos com varões de madeira e cantavam versos para amenizar o duro trabalho... Aqui em Juazeiro fica o Museu Regional do São Francisco, com destaque para o acervo referente a esta navegação. A ferrovia, já pelo final do século XIX, foi mais complementar que concorrente da navegação. A famosa Leste Brasileiro, de Salvador a Juazeiro, começou no final do governo Epitácio Pessoa, foi inaugurado o primeiro trecho até Alagoinhas em 1938, depois é que chegou até Senhor do Bonfim, a Vila Nova da Rainha (porque era frequentada por D. Maria I, “a louca”) e, já nos anos 1960, até Juazeiro.

A economia do país durante séculos passou por aqui, favorecendo a centralização posterior nos grandes centros do Sudeste. O São Francisco, “rio da integração”, é o eixo do Brasil por conta disso, de toda essa história. Notem que Alceu Amoroso Lima fala que este eixo corre “do Nordeste para Minas”, ao contrário do rio, mas no rumo do “desenvolvimento”.

## O rio vira recurso econômico: energia e irrigação

A CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco já vem neste contexto do “desenvolvimento”. Foi criada por Getúlio Vargas, em 1945, quando se viu no São Francisco a energia que demandava a industrialização. Resultou que 70% da água do rio acabaram sacrificadas na produção de 95% da energia que consome todo o Nordeste. Como dizia o professor João Abner, da UFRN, “já tem uma transposição aí”.

Marco decisivo foi a barragem de Sobradinho, construída na Ditadura Civil-Militar, entre 1971 e 1978, para regularizar a vazão e alimentar a cascata de barragens e usinas hidrelétricas a jusante. Possibilitar a irrigação foi outro objetivo da obra. À época o reservatório, com 4.214 km<sup>2</sup>, era o maior do mundo em espelho d’água – maior “poça d’água do mundo” diziam os críticos, pois é raso e sofre alta evapotranspiração, porque aqui tem também das maiores insolações.

A CODEVASF – Cia. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (hoje também do Parnaíba, do Itapecuru e do Mearim) é de 1974, veio substituir a SUVALE, que substituiu a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) criada pelos constituintes de 1946, com “um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas da bacia hidrográfica, num prazo de 20 anos destinando-se quantia anual não inferior a 1% da renda tributária da União”<sup>4</sup>. Tem ela como objetivo “promover o desenvolvimento da região utilizando os recursos hídricos com ênfase na irrigação”<sup>5</sup>. Explícito aí que se trata de recursos públicos (significativos) para o tal desenvolvimento...

Assim é que, a partir de 1968, foram instalados os dois primeiros perímetros públicos de irrigação, o Bebedouro em Petrolina e o Mandacaru em Juazeiro. Seguiram-se depois os outros: Maniçoba, Curaçá, Nilo Coelho, Tourão; este dominado pela Agrovale, que tem lá a maior área de cana irrigada do mundo, cerca de 20 mil hectares, com 2,5 safras anuais. No total a área irrigada na região já ultrapassou 100 mil hectares e segue crescendo, com outros perímetros públicos sendo implantados no Submédio São Francisco. Empresas privadas nacionais e multinacionais são dezenas.

Esse conjunto de pressões internas e externas do grande capital via Estado é que transformou essa região no maior centro urbano do interior do Semiárido Brasileiro. Juntando os dois municípios – Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) – tem-se uma população que está beirando os 600 mil. Em pouco mais de 40 anos, tornaram-se o maior centro de atração de investimentos públicos e privados e de população do interior do Nordeste. Vocês já imaginam o que dá isso. Rola muita grana, mas também muita miséria, que neste sistema sempre andam juntas. A maior parte dos empregos é sazonal e a oferta bem menor do que a procura. À entrada de alguns destes projetos de irrigação constituíram-se verdadeiras favelas rurais, como a vila Juca Viana, no Mandacaru, em Juazeiro. Há locais de oferta matinal de mão-de-obra que não ficam muito distantes de um “mercado de escravos”... Essa região tem hoje dos maiores índices de violência do Brasil. Petrolina teve 134 homicídios em 2015, contra 85 em 2014, aumento de 57%; Juazeiro é a 155<sup>a</sup> mais violenta do Brasil, com uma média de 37,2 homicídios a cada 100 mil habitantes, segundo o Mapa da Violência 2015<sup>6</sup>.

Sobradinho fez o maior deslocamento de população desde a Segunda Guerra Mundial, 72 mil pessoas (11.853 famílias) foram expulsas compulsoriamente dos seus lugares de origem, sendo que 58 mil camponeses, a maior parte, ribeirinhos que viviam nas

<sup>4</sup> CODEVASF, História: <http://www2.codevasf.gov.br/empresa/DefaultPage>. Acessado em 31jul17.

<sup>5</sup> Idem. Ibidem.

<sup>6</sup> Remanso Notícias. *Violência em Juazeiro e Petrolina assusta a população*. Remanso, 20 de fevereiro de 2016. Disponível em: [www.remanso-noticias.com.br/2016/02/violencia-em-juazeiro-e-petrolina-assusta-populacao/](http://www.remanso-noticias.com.br/2016/02/violencia-em-juazeiro-e-petrolina-assusta-populacao/). Acessado em: 29mar17.

barrancas do rio. Para as quatro cidades (Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado) reconstruídas foram 14 mil. Vocês vão ver, são cidades modernas nos equipamentos públicos, mas a miséria, vocês não precisam ir muito longe para encontrar nas periferias. Não havia um plano de reassentamento para a população rural, até o início das obras. O valor desenvolvimentista da barragem era inquestionável e se sobrepunha a qualquer outro. Prejuízos de ribeirinhos miseráveis era um preço irrisório a pagar, pequeno sacrifício em vista do grande progresso que a barragem traria.

Nesta perspectiva, só a reação popular valorizaria as perdas e as reivindicações. A Ditadura passou a assumir como soluções as alternativas que a própria população criava: uma passagem pra ir embora (“solução própria”); acampar na caatinga onde as águas pararam virou “operação catingueiro”... Só em 1974 foi criado o Projeto Especial de Colonização em Serra do Ramalho, 700 km rio acima, rejeitado pela maior parte das famílias (pouco mais de 1.000 entre as quase 12.000 atingidas) que para lá se deslocaram. Quando cheguei aqui em 1981, para trabalhar na diocese, D. José Rodrigues me falou, como exemplo, da Barra da Cruz, em Casa Nova, onde mais de 70 famílias estavam acampadas sob pés de pau, à beira do lago recém-formado, vindas de Serra do Ramalho. O companheiro Edu (Luiz Eduardo de Souza Terrin), da CPT, contava do entretanto que assistiu entre as famílias de Barra da Cruz com o todo-poderoso Adolfo Viana de Castro, prefeito de Casa Nova, coisa até então impensável. Os Vianas de Casa Nova dominaram o município por 100 anos. Foi o Conselheiro Luís Viana, que governava a Província da Bahia (1896-1900), quem chamou o exército do Império para atacar Canudos. E é interessante que eles foram perder eleições só depois da barragem de Sobradinho.

Uma barragem não é qualquer coisa, ela muda profundamente e para sempre a vida das pessoas da região, inclusive, das elites. Elas se deslegitimaram com a barragem, porque se deram bem e o povo, mal. Todos estes municípios eram dominados por famílias de coronéis: além dos Viana, os Castelo em Remanso; os Sento Sé, que adotaram o nome do povo indígena da região para ficar com seu território; os Lins de Albuquerque, em Pilão Arcado. A atitude deles de não proteger sua gente, conforme aquela relação de legitimidade weberiana, provocou mudança política importante na região. Vem daí que o Partido dos Trabalhadores, no início dos anos 1980, conseguiu se articular em todos esses municípios e ter até 30% dos votos em eleições.

Por quê? O enfrentamento da barragem e dos projetos de irrigação depois provocou um trabalho intenso de organização por parte da Igreja, principalmente. A figura de D. José Rodrigues foi decisiva, pois, tendo chegado 1975, no auge da construção da barragem, ele se compadeceu da situação da população e jogou a força de seu carisma pessoal e o poder da Igreja em favor da causa dos pobres atingidos. A Pastoral da Terra, que ele criou, era prioridade do trabalho diocesano e foi quem ajudou a formar ou retomar os sindicatos. Nas Comunidades Eclesiais de Base muita gente passou a interpretar criticamente a realidade e muitas lideranças populares surgiram. O Centro de Carnaíba, da diocese, passou a ser o grande centro de formação e discussão política. Ali se deram os grandes Encontros do Vale do São Francisco, liderados pela CONTAG e FETAGs dos estados ribeirinhos.

Sobradinho foi uma grande escola para todo o movimento social da região, para todos nós. Logo depois veio a barragem de Itaparica, concluída em 1988. A experiência de Sobradinho facilitou a luta de Itaparica, a bandeira “Terra por terra na margem do lago” foi resultado do aprendizado popular em Sobradinho. Tornou-se uma conquista em

Itaparica, que chegou a colocar mais de 5 mil camponeses paralisando as obras, liderados pelo Polo Sindical do Submédio São Francisco.

E qual é a resposta da Ditadura em Itaparica? O reassentamento em áreas irrigáveis que os estadunidenses da USAID / Aliança Para o Progresso tinham identificado. Pela pressão do movimento, os camponeses conseguiram ser reassentados em áreas de solo irrigável pensadas para empresas como é aqui. E aí criou um grande problema: como é que esses camponeses de pequenos e tradicionais modos de irrigação, por sulco, com pequenas moto-bombas, quando chegavam a ter as moto-bombas, vão gerenciar sistemas centralizados e complexos de irrigação? Não foi e não tem sido fácil... Eu cheguei a ver em Sobradinho, há uns 20 anos atrás, um sistema chinês de irrigação, um tripé de varas com uma lata de 20 litros como se fosse uma pá, um buraco com a água, e o trabalhador ali o dia todo tirando água com aquela lata pra jogar no sulco... Era uma prática antiga, como era no Salitre...

### Terra e gente de luta

Eu queria trazer esses dois casos – da resistência camponesa de Sobradinho e da resistência indígena no Salitre – como exemplos do que vocês vão encontrar: a esses empreendimentos, como grandes investimentos públicos e privados, que já são “globalitários” desde a década de 1950, existe a resistência popular. Qualquer período da história de lá pra cá, encontra-se isso. Tinha um discurso aqui na região, nos anos 1980, no meio popular, que podemos chamar “discurso da organização”, disseminado pela Igreja, pela CPT, pelo movimento sindical, que era o seguinte: “se nós fôssemos organizados, a CHESF não tinha feito o que fez, a gente teria resistido, não tinha sofrido tanto”... Este discurso da organização não é o discurso dos camponeses das comunidades ribeirinhas, é um discurso exógeno, vem de fora. Porque quando você vai aprofundar como a história de fato se deu, como eu fiz num trabalho de mestrado no final dos de 1980<sup>7</sup>, você descobre quanto à cultura tradicional ribeirinha, a ligação atávica com o rio, reputada como atraso pelos desenvolvimentistas promotores da barragem, funcionou, no auge da Ditadura, como fator de resistência popular, que em muitos aspectos foi eficiente como reação que modifica a imposição autoritária das drásticas mudanças trazidas pela obra.

A relação do ribeirinho com o rio não é só afetiva, com o Velho Chico, um pai. Esse rio oferecia plenas e excelentes condições de vida. A principal atividade era a “lavoura de vazante”, feita nas margens planas ou pouco íngremes cobertas pelos aluvião das cheias que trazia a lama fértil para o trabalho relativamente fácil de plantar e colher. Plantava-se com o dedo ou um pauzinho, depositada a semente, vinha-se colher, quase sem nenhum outro trabalho de cultivo. Uma “enchente alta”, como se chamava, era melhor ainda, porque aumentava a área de aluvião e maior eram a produção e a fatura. O “trabalho” era do rio. A mandioca plantava-se no molhado, passava o período seco e depois, com nova cheia vinda para amolecer o barro endurecido, é que ia se fazer a “desmancha” e a “farinhada”. Criava-se entre as famílias uma saudável rivalidade: quem vai ser o último a sair quando o rio vier, quem vai perder menos na colheita. Tinha-se uma casa precária na beira do rio, para este trabalho na vazante, que todo ano era reconstruída, porque o rio desmanchava, e uma casa melhor de alvenaria nos altos. A disputa era com o rio, por isso ele é o Velho Chico, “pai e mãe do povo”, porque ele é quem garante o sustento. E ele tem direito, ele come o dele, a mandioca que não dava pra ser colhida, era do rio, como um tributo que se pagava, porque o “rio tem direito”... Havia a pesca de rio, a pesca nas lagoas marginais, chamada “criadeiras”, a “lavoura de sequeiro”, longe

<sup>7</sup> SIQUEIRA, Ruben. *Do que as águas não cobriram – um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho*. João Pessoa, Mestrado em Ciências Sociais (Dissertação) / UFPB, 1992. (mimeo.).

do rio, dependente das chuvas... O “feijão de corda” é do sequeiro, na vazante se planta o “feijão de arranca”, que é esse (“mulatinho”, “carioquinha”) que a gente come; o de corda – vocês sabem – é muito mais poderoso, nutritivo. A mandioca também se planta na chapada, no sequeiro. Nas caatingas, o criatório de cabra, principalmente, e de gado. Então você tinha durante o ano todo um conjunto de ofertas geoambientais, no beira-rio-caatinga, que proporcionava excelentes condições de vida.

Aí vem o Dr. Eunápio Peltier de Queiroz, da CHESF, superintendente do Projeto Sobradinho, que esteve à frente da obra, e é nome de rua e avenida nas cidades relocadas (menos em Casa Nova), dizer que a barragem ia tirar esses homens pobres da sua atávica ignorância e subdesenvolvimento. E o Dr. João Paulo Maranhães de Aguiar, chefe do Departamento de Obras de Sobradinho, imaginar que o ribeirinho ficou satisfeito com as oportunidades que a CHESF lhe ofereceu e que graças a ela hoje ele acha que está melhor do que antes...<sup>8</sup> Está lá nos anais da CHESF. Trata-se de um discurso presumível de legitimação do Estado, do investimento brutal assumido como necessário para o desenvolvimento, econômico e social. A deslegitimação vem da experiência da imensa maioria da população afetada. Por exemplo, na comunidade de Conchas, aqui no município de Juazeiro, a cerca do Projeto Maniçoba passa na porta da cozinha, os moradores ficam olhando para o que era deles dentro do perímetro irrigado e não é mais. Tantos outros casos há...

<sup>8</sup> SIQUEIRA, op. cit., pág. SIQUEIRA, op. cit., pág.

Frequentemente, o povo lança mão de uma linguagem apocalíptica para explicar sua experiência de vida, tem uma consciência religiosa das coisas, se expressa politicamente através de formas religiosas – vocês vão encontrar muito isso nos diálogos com o povo. A CHESF e a CODEVASF receberam designações apocalípticas, a “Besta-Fera das Águas”, a primeira, e “Besta-Fera da Terra”. Porque ambas significaram “coisas do fim do mundo”, para quem tinha aquela vida na beira do rio, reputada ideal quando foi perdida.

Quando fiz pesquisa no final dos anos 1980, eram oficialmente identificados 128 lugares na beira-borda do rio-lago. O ribeirinho chama até hoje de rio o lago de Sobradinho. Lago não é da cultura deles, é rio, mesmo que não funcione mais como rio, que as secas e vazantes não sejam como eram antes da barragem. Então há aqui um embate cultural e político permanente.

E que população é essa que se forjou nesse processo?

Dos povos Kiriris, hoje, praticamente tem um reduto em Banzaê e Ribeira do Pombal, mais a sudeste da Rota 01. Daqui rio abaixo, começando com os Truká, em Cabrobó - PE, há uma grande incidência desses povos indígenas remanescentes daquela época, boa parte constituídos de “ressurgidos”, num processo de *antropogênese*, como os antropólogos gostam de falar. Resistentes, preferem eles se autôn timer. Trata-se de recuperação da identidade que não foi perdida, estava adormecida e se revela por necessidade atual, contemporânea, de ser, existir. Em 1980, a FUNAI reconhecia 15 povos na Bacia do São Francisco e, no levantamento que fiz em um texto para o Ministério Público Estadual sobre a experiência da FPI – Fiscalização Preventiva Integrada, em 2014, eram 44, povos e comunidades. Multiplicaram-se também em consequência da barragem de Itaparica que atingiu e dividiu vários povos. Parte dos Tuxá, por exemplo, foram para a distante Ibotirama, no Médio São Francisco. Os Tuxá que ficaram em Rodelas até hoje não têm o território deles. Estão confinados a um bairro da cidade, à frente da qual tem

o que restou do monumento sagrado deles, a ponta de um serrote, que é símbolo da cidade, mas não é deles que estavam lá muito antes daquilo virar uma cidade dominada por brancos.

Ameaça mais recente são os parques eólicos. Estas serras que margeiam a Baía do São Francisco e os lagos de Sobradinho e de Itaparica têm os melhores ventos para energia eólica, porque são ventos constantes, nem fortes nem fracos demais. Já foram instalados parques de até 800 torres e aerogeradores, como em Gentio do Ouro, no Médio São Francisco. Em Caetité, outro de 600 torres, onde já há extração de urânio e de ferro. Aliás, a mineração pipoca por todo canto do estado e aqui na região também. Entre os mapas que o GEOGRAFAR / UFBA preparou para a caravana, me espantei com o da mineração, tal a incidência e abrangência<sup>9</sup>.

Esses altos de serra onde estão os melhores pontos para energia eólica, são em geral territórios de Fundos ou Fechos de Pasto. Não sei se todos sabem do que se trata. Zacarias da Rocha, da Comunidade de Areia Grande, presente, explica: “O Fundo de Pasto, além das relações comunitárias, por exemplo, do compadrio, é também um modo de vida dessas pessoas, modo de criar os animais de forma comum. Naqueles pastos todo mundo cria junto; no final da tarde, cada animal vai pra seu chiqueiro, pro seu curral... O Fecho de Pasto é mais na região lá do Cerrado. Aqui a gente cria mais é gado, nesse tipo de relação. Acho que é isso, além do modo de vida, as culturas, as relações de compadrio, de amizade, um monte de coisa aí...”. A origem da Areia Grande remonta ao século XIX, a 1860, quando o alforriado Manoel Pracatão, retirante da seca no Crato – CE, veio parar no Riacho Grande, junto a uma cacimba, onde se estabeleceu.

O desmembramento das sesmarias, que culminou em meados do século XIX, criou brecha para que famílias e comunidades de moradores, vaqueiros, se apossassem de terras e mantivessem a tradição do criatório extensivo, de gado, caprinos, inventando as comunidades de Fundo e Fecho de Pasto. Eram comuns no Nordeste, hoje estão reduzidas à Bahia, onde ainda são em torno de 500. Os vaqueiros são remanescentes daqueles primeiros moradores, responsáveis pelos currais; com o fim da escravidão passaram a receber pagamento através da “sorte” – a “terça” ou a “quarta”, respectivamente, um em cada três ou quatro animais que nasciam.

A prática de postar currais de gado ao longo do rio para famílias de negros escravos cuidarem explica a negritude da população do São Francisco, sem deixar de se mesclar também com brancos e indígenas. Por isso também a grande incidência de quilombos nessa região, principalmente no Médio mineiro e baiano, nos dois lados do rio. É um processo avançado de reconhecimento e valorização. Vazanteiro é uma autoidentificação de quilombolas e pescadores do São Francisco, principalmente no norte de Minas. Até hoje não se sabe porque estes negros vazanteiros eram imunes à “febre dos alagadiços”, a maleita. Brancos e indígenas tinham que se afastar para não adoecerem e os vazanteiros eram quem produzia os alimentos que comiam os viajantes que trafegavam pelo “eixo do Brasil”. A história oficial não lhes dá importância, mal os registra.

### “Maldição dos recursos naturais”?

Então, depois dos currais, depois da energia, depois da irrigação, aparecem, quase ao mesmo tempo, a mineração e as eólicas. Quer dizer, você tem aqui nesta região um conjunto de bens naturais, uma concentração de natureza – solo, subsolo, sol, água,

<sup>9</sup> Veja os mapas no site do Geografar / UFBA: <https://geografar.ufba.br/>.

ventos – resultado de milhões e milhões de anos de ação da natureza para constituir o que se torna mero fator econômico, “recurso” natural, mineral, hídrico, a mercê do desenvolvimento, pois estariam “envolvidos”, enrolados, “involucrados” – dizem os espanhóis – como se não cumprissem sua razão de ser, sua missão... Estariam aqui apenas para o desenvolvimento, para gerar emprego e renda. Quer dizer, a enorme acumulação de capital e a brutal devastação socioambiental que ela causa, se escondem por debaixo do discurso ideológico do desenvolvimento.

Nós precisamos parar de falar em “modelo de desenvolvimento”, como se o desenvolvimento fosse bom, ruim fosse só este modelo. Está provado historicamente que o desenvolvimento para os povos e regiões subordinados, ditos “subdesenvolvidos”, nunca foi bom. A ideia é da mesma época e do mesmo contexto do pós-guerra, da invenção da USAID, de Truman e Roosevelt, Rockefeller Foundation, Revolução Verde, agricultura industrial etc.<sup>10</sup>

Por isso a importância dessa Caravana. Por mais que o Caatinga, a tanto tempo, aqui perto, em Ouricuri – PE, já fazia agroecologia, o IRPAA, o SASOP estão fazendo, o confronto maior da agroecologia é aqui e agora, com esta agricultura altamente industrializada, artificializada e nociva. Vocês estão aqui confrontando o Grande Irmão do Norte, o que os estadunidenses implantaram aqui há 70 anos. A ideia poderosa da globalização, na verdade é “globalitarismo”, que está aqui evoluindo, se reciclando deste então. Globalitarismo é globalização totalitária, imposta a partir dos grandes centros mundiais, que nem países são mais, mas grandes corporações empresariais-financeiras, o capital especulativo à frente.

No início perguntávamos se o Brasil enquanto tal ainda interessa... Não interessa mais, aliás, nunca interessou, só interessa ao povo, porque as elites nunca tiveram real compromisso com o Brasil, apenas consigo mesmas; isso aqui sempre foi tratado como “Senzala da Casa Grande”, empreendimento cuja sede real nunca nem foi aqui. Na verdade, submetido ao nacionalismo desenvolvimentista, o Brasil sempre interessou apenas ao seu povo. Vamos ver no diálogo com as comunidades, cujos membros tornam-se sujeitos quando enfrentam este tipo de empreendimento, vamos ver se isto lhes interessa...

Esses altos de serra, muitos são dessas comunidades de Fundo e Fecho de Pasto. Caso dessa serra que margeia ao norte o Lago de Sobradinho, em Sento Sé, e estava designada pelo IBAMA, hoje ICM-Bio, para ser o Parque Nacional Boqueirão da Onça, como sendo o lugar do Semiárido onde ainda tinha onça. Há quem diga que trouxeram de fora, pois os criadores perdiam, vez ou outra, algum bode paras onças, mas não tanta assim... A proposta do parque em área contínua teve, claro, a resistência das comunidades de Fundo de Pasto. De intransigente, de repente, o ICMBio volta atrás e cria o parque em mosaico, não mais contínuo. Descobre-se porquê: por causa das eólicas. Possibilidade que não existia para as comunidades, diante da evidência de que se existia onça lá era porque a caatinga era preservada pelas comunidades. Para você ver a lógica do desenvolvimento, como ela é contra o povo e contra o jeito do povo aqui viver nos seus territórios.

Essas serras também contém minérios, que passam a ser cobiçados em nome do desenvolvimento. Parte da Rota 02 vai para Campo Alegre de Lourdes, até a comunidade de Angico dos Dias, para ver o impacto de uma mineração de fosfato. Vai passar pela Pedra Comprida, o morro do Tuiuiu, onde têm ouro, ferro, titânio e vanádio, estes raros, usados na fabricação de aeronaves. 82% do território do município tem minério de inte-

<sup>10</sup> GOMEZ, Jorge Montenegro. Crítica ao conceito de desenvolvimento. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/798/821>. Acessado em 04ago17.

resse exploratório, de vários tipos. Largo, um empresa canadense, já conseguiu licenças de exploração. O povo resiste, tem uma romaria anual ao pé do Tuiuiú para protestar contra a mineração e uma lei municipal, criada por pressão popular, transformou o morro em patrimônio natural e histórico.

A Bahia tem a maior diversidade mineral do Brasil e já é o terceiro produtor de minério no Brasil e o primeiro em previsão de investimentos do setor. A Rota 01 vai a Jacobina, terra do ouro, que começou explorado como garimpo e hoje você tem uma grande empresa, a Yamana Gold, provocando um desastre ambiental muito grande contaminando as águas com substâncias químicas usadas na extração do ouro. As Fiscalizações Preventivas Integradas (FPIs), lideradas pelo Ministério Público Estadual, tentam limitar a ação desastrosa dessas empresas. Curaçá, aqui perto, não é parte da rota, tem mineração mais antiga, de granito, de mármore, junta à gruta maravilhosa de Patamuté. No Vale do Salitre, vão passar por Ouroândia, vão ver mineração de pedras, até mesmo no leito do rio. Tem lá um tipo de mármore muito apreciado, o Bege Bahia. A cidade respira a poeira das pedras. Uma FPI contou 47 empresas clandestinas, fora as mais clandestinas que não se conseguiu mapear.

Sobre a ametista em Quixaba, Sento Sé, que está causando muita curiosidade, já são oito mil garimpeiros, inclusive mulheres. Há garimpos mais antigos, Cabeluda e Minas da Cabeluda, na mesma região. A ametista *in natura* vem com um pouco de canga, que precisa ser quebrada e depois lapidada com um martelinho. É trabalho que homem, mulher, menino fazem o dia todo, desbastando a pedra até o núcleo da ametista, que é o que tem valor econômico. Perdem-se partes das unhas dos polegares neste ofício. Usa-se ainda o sistema de “barracão”, pelo qual paga-se em pedras o recebido em alimento, acomodação e material de trabalho. O valor da pedra triplica quando chega no pé da serra e vai se multiplicando nas mãos dos atravessadores, por centenas de vezes até chegar na Europa.

Todos estes empreendimentos são, no fundo, o mesmo antigo extrativismo, extração do que a natureza aqui concentrou de energia, de força vital, o que tem muito a ver com os rios, o São Francisco e afluentes e subafluentes. Em pouco tempo, como mero recurso econômico, vai sendo depredado numa voracidade crescente nesses tempos de hiper-neoliberalismo. A enorme crise econômica que nós estamos vivendo é uma crise induzida que se visa resolver com mais fatores críticos de geração de crise, com essa corrida absurda sobre os recursos naturais onde ainda existem. E o Brasil é a “menina dos olhos”, pois concentra a maior porção de terra agricultável, de água doce disponível, a maior biodiversidade do mundo, a maior floresta... A amazônica, conforme descoberta recente, é também um “oceano azul”, que produz a maior parte da água que abastece a América do Sul e influencia o clima do mundo, os tais “rios voadores”, que impedem que o Sudeste do Brasil seja um deserto. Se há todo esse complexo vital, que a gente mal conhece, como é que se exaure, como é que se extrai, como é que se destrói, se devasta como está sendo aqui?

À energia hidrelétrica e eólica, se soma agora a energia solar. Três dos maiores parques solares do mundo estão sendo implantados no São Francisco, em Bom Jesus da Lapa e Tabocas do Brejo Velho, no Médio São Francisco. O primeiro de que se teve notícia é a Fazenda Milano, em Lagoa Grande e Santa. Maria da Boa Vista. Aquilo que nem parecia ser um insumo, um recurso, acaba sendo. O sol e a água sendo os dois principais fatores naturais da vida, não iam ficar fora desse tipo de exploração que se dá aqui. É a

insolação maior aqui que aumenta o açúcar das frutas; a uva daqui tem 13 Brixs a mais do que a uva da Serra Gaúcha. E a água do Velho Chico que possibilita essa intensificação produtiva.

Aqui, em Juazeiro, está a Agrovale, a maior área de cana irrigada do mundo, cerca de 20 mil hectares, em expansão para o Projeto Salitre, o mais recente perímetro irrigado. Produz 2,5 safras por ano. Quer dizer, é um processo hidro-intensivo brutal. O MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, de todo o Nordeste, quando acampou aqui, em 2013, para lutar contra esse tipo de modelo agrícola, deu conhecimento de que a Agrovale paga a água que usa na irrigação da cana 300 vezes menos do que a população de Juazeiro e Petrolina. Em 2016 a Agrovale pagou – está no site do Comitê de Bacia do São Francisco / Agência Peixe Vivo – R\$ 4.965,25 pela água; a Fazenda Milano, R\$1.675,42<sup>11</sup>.

Então, temos uma política de recursos hídricos, considerada das mais modernas do mundo, que estabeleceu a água como valor econômico, mas não se cobra o valor econômico. Por trás destas empresas, é comum hoje estar o capital financeiro, que faz do empreendimento aqui o lastro de um ativo no mercado de capitais. Jaborandi, no oeste da Bahia, Médio São Francisco, descobriu-se ser o melhor lugar para produzir leite. Lá se instalou um novo empreendimento, da Agri Brasil, com projeto de um milhão de litros de leite por dia, com ração produzida na própria fazenda, numa fábrica com 200 mil vacas que dão leite o tempo todo<sup>12</sup>, ao que sobrevivem apenas três anos. Sabendo que um litro de leite demanda cerca de 800 litros de água para ser produzido, é viável? E quem está por trás? Entre outros, o JP Morgan<sup>13</sup>, o banco do *crack* de 2008, junto com o Lehman Brothers, que induziram o mundo à crise atual.

### ***Faz escuro, mas eu canto***<sup>14</sup>

Então, esta é a marca do contexto desta região: gente boa de luta, com muita história, de Brasil, de sentimento ligado ao território, à concentração especial de natureza que tem aqui, de ligação atávica com esses bens da terra, mas que quase nada vale, frente ao capital que historicamente se instala atraído por estes bens que viram “recursos econômicos” e são tratados como tais. Ser brasileiro ainda interessa a esse pessoal? Quando você colava na ideia de nação a promessa de se desenvolver e viver bem, até que interessava... Até os militares, quando fizeram Sobradinho, tinham esse discurso, do “Brasil grande”. E Lula e Dilma e agora Temer golpista, todos se rendem à lógica desenvolvimentista de que isso é bom pra todos. Se estamos vendo que não é, por que vamos continuar insistindo?

Hoje soa mais evidente e terrível a conclusão explicitada, entre outros, por Joseph Stiglitz, Nobel de Economia (2001), da “maldição dos recursos naturais” ou “paradoxo da abundância”: quanto mais recursos naturais, mais pobre o país. Sobre esta crítica ao desenvolvimento se fundamenta também uma outra lógica, do Bem Viver em relação equilibrada com a natureza, os outros, a tradição, as gerações futuras, o sagrado. E quem a propõe são os povos originários de Nuestra América que resistiram aos séculos do colonialismo e do extrativismo. São resistências territoriais, dessas comunidades remanescentes em seus territórios. Soam como salvação.

Tem um movimento interessante, com sede na Bolívia, com o qual recentemente começamos a nos envolver, que é o Movimiento Regional por la Tierra y el Territorio<sup>15</sup>, que partiu da seguinte constatação: a população camponesa, indígena, quilombola da

<sup>11</sup> Informações de Almacks Luiz Silva, membro do Comitê do São Francisco, participante da caravana. Tem um blog: <http://almacks.blogspot.com.br/>.

<sup>12</sup> BRITO, Juliana. Oeste baiano ganha maior laticínio do país. A Tarde, 09/03/2015. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1665428-oeste-baiano-ganha-maior-laticinio-do-pais>. Acessado em 04ago17.

<sup>13</sup> HERNANDES, Tânia. Estudo sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil – estrutura de mercado. MDA / INCRA / NEAD / IICA, 2009, pág. 19. Disponível em: <http://www.reformaagraria-emdados.org.br/sites/default/files/Estudo%20sobre%20processos,%20causas%20e%20efeitos%20da%20concentra%C3%A7%C3%A3o%20e%20estrangeiriza%C3%A7%C3%A3o%20das%20terras%20no%20>

América do Sul é de 70 milhões de pessoas e controla 30% do território. Imagens de satélite comprovam que são estas as áreas mais verdes, onde estão as águas, as matas preservadas. Parece que saída temos se nos aliarmos a essas populações, com seus territórios e identidades territoriais, onde e como resistem ao capital atual, reconstruindo autonomias e soberanias.

Brasil%20-%20estrutura%20de%20mercado.pdf. Acessado em 04ago/17.

Se formos depender dos processos políticos, de como funciona a máquina do Estado, dos Três Poderes, como estamos assistindo no Brasil e no mundo, encontramos limites que estão se revelando intransponíveis, questionando substancialmente a propalada democracia. Isto não quer dizer que deixemos de fazer a luta institucional; mas, insistimos muito mais nela, com a ilusão de conquistar o parlamento, a presidência da República e mudar os séculos de dominação política e exploração econômica.

<sup>14</sup> Thiago de Melo.

<sup>15</sup> <http://www.porlatierra.org/>.

Parece que fez foi piorar depois disso, porque causou a contra-reação da direita. O que nós estamos assistindo hoje é a dificuldade de fazer a mobilização social que impeça as desgraças que estão vindo sobre nós a partir de Brasília e dos governos estaduais. Nem grandes mobilizações de rua os perturba. Quem é que manda de fato, quem é que tem o poder efetivo? É o complexo empresarial-financeiro apátrida, esse que requer e promove as Medidas Provisórias, as PECs “do fim do mundo”, os Projetos de Lei que estão acabando com a legislação trabalhista, com a previdência social, com todas as políticas sociais, qualquer ideia de reforma agrária e reconhecimento de territórios tradicionais, a legislação ambiental, a dos agrotóxicos. Tudo aquilo que a luta social convergente, com adesão da classe média, conseguiu na Constituição de 1988, chamada “Cidadã”, está sendo simplesmente demolido. E onde está nossa capacidade de resistência? Aquela que houve em 2013, as famosas jornadas de junho de 2013, parece ter sido a última que efetivamente interferiu na conjuntura. Calcula-se que 28 a 30 milhões de brasileiros no dia 22 de junho de 2013 foram às ruas. A última greve geral, de 28 de maio, foi de 35 milhões, mas não assustou nada esses que têm e tramam a continuidade absoluta do poder. Quer dizer, a gente perdeu a capacidade de incidência no processo político-social do País.

Vamos encontrar aqui bases de resistências históricas afeitas ao território, à concentração de natureza ainda preservada em muitas comunidades por um modo de viver que vocês podem chamar de agroecológico. Essa a importância de estar aqui nessa região e confrontar com essas ideias.

A reforma agrária não avançou muito na região, têm algumas áreas do MST em vários municípios, os movimentos até quiseram marcar presença e fazer este confronto, mas sem grande repercussão. Uma histórica ocupação o MST fez numa área do Projeto Salitre, em 2007. Durante alguns meses, cerca de 800 famílias plantaram 13 culturas diferentes e tiveram um lucro de R\$ 1,5 milhão. Não escaparam de todo do modelo de irrigação, mas mostram que pode ser diferente.

Um técnico da Embrapa Semiárido, que fica em Petrolina, dizia que as frutas do São Francisco, sucesso no mercado internacional, principalmente uva e manga – desta é o maior exportador do mundo, 80% da manga que o Brasil exporta – as que mais têm retorno econômico, dizia ele que são estressadas e obesas. A tecnologia, por exemplo, a micro-aspersão eletrônica, leva a intensificar artificialmente a nutrição da planta, com NPK e tal, através da água, e, de repente, estancar, o que induz a planta a frutificar rapidamente. Colhida, esta fruta não é muito mais que hidrogênio. Quem paga caro por ela nem sabe. O sucesso mais recente é o da viticultura, principalmente de vinhos espuman-

tes, dado o grau brix maior das uvas doces.

O que é a transposição do rio São Francisco senão a exportação deste “modelo de sucesso”? Trata-se, sobretudo da expansão da irrigação para os vales úmidos do Semiárido Setentrional, não tem muito a ver com seca e sede. Não se destina aos sertões centrais, onde está a população com mais dificuldade de acesso à água. Os alegados 12 milhões de sedentos são, na verdade, 12 milhões de pagadores da conta, da água mais cara do mundo. Beneficiados diretos, o próprio projeto reconhece quatro milhões, se forem feitas as obras complementares para levar água dos canais até eles, cujo custo não está previsto nos atuais R\$ 10 bilhões que já custa o projeto, sob denúncias de corrupção, mais que o dobro do orçado. No final, serão muitas das obras previstas no Atlas da ANA – Agência Nacional de Águas de Abastecimento Urbano de Água, que defendíamos em oposição ao projeto de transposição, as que terão que ser feitas.<sup>16</sup> Alternativa que foi preterida em função também das reeleições de Lula e Dilma. A festiva “inauguração alternativa” feita pelos petistas em Monteiro – PB sinaliza que esta história se repete...

Um exemplo trágico das consequências da irrigação para o rio São Francisco e seu povo. Há um projeto na margem sergipana, o Platô de Neópolis, cujo principal produto é grama de jardim, que contamina as águas do rio ao ponto que se torna imprópria para o consumo das comunidades abaixo. A comunidade de Santa Cruz, por exemplo, se obriga a buscar de barco, na margem oposta do rio, água menos tóxica.

Outro exemplo é o dos rizicultores próximos à foz do rio. Os produtores de arroz das lagoas que foram drenadas pela CODEVASF estão tendo suas dívidas com o Banco do Brasil cobradas como mecanismo de expulsão, para que sejam substituídos por empresas.

Por lei, os perímetros públicos irrigados da CODEVASF têm que atender pequenos produtores, uma porcentagem mínima, e de preferência os da região e os que foram desalojados para sua implantação. Nem sempre é o que acontece, pois há também o critério da “vocaçào” para o modelo de irrigação. Acabam servindo eles de vitrine, o verniz social que justificaria o investimento público, que de fato beneficia médios e grandes lotes nos perímetros, de propriedade de grandes empresas, inclusive estrangeiras, de outros setores, bancos etc.

Como fiz o mote do Alceu Amoroso Lima no início, vou fazer outro mote para encerrar, desta vez um dito ribeirinho, atribuído a grandes figuras religiosas que andaram por estes sertões, como a dar-lhe autoridade – Padre José Omena, Frei Henrique, o Dom João Muniz, primeiro bispo da Barra, já ouvi atribuído a todos os três. É o seguinte: “quem na beira do São Francisco viver, de fome e de sede não há de morrer e mais de uma camisa não há de ter.” Isso, no meu entendimento, é agroecologia. Pois, significa viver com o necessário, questionando o supérfluo, o excesso. Significa que se pode ter os recursos que a natureza prodigamente oferece e fazer disso uma vida satisfatória para si e para os outros, sem precisar massacrar ninguém, sem precisar destruir nada, para todos viverem bem. Tem muito disso na cultura ribeirinha, em seu modo de viver tradicional – sem idealizações –, por tudo que a gente conhece, que teve o seu maior teste na resistência à barragem de Sobradinho, do jeito que resistiram, e na reinvenção da beira-borda do rio-lago. Então, acho que essa ideia de buscar alternativas ao desenvolvimento, devastador como se dá aqui, dialogando com as culturas de resistência popular, perpassa também essa caravana, para o que é necessário descolonizar o nosso imaginário<sup>17</sup> e aprender com

<sup>16</sup> Para aprofundar o assunto: BARROS, Julianna Neves. O DESENCANTAMENTO DAS ÁGUAS NO SERTÃO - crenças, descrenças e mobilização social no Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Rio de Janeiro, Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - UFRJ / IPPUR (Dissertação), 2014. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/816551.pdf>. Acessado em 07ago/17.

<sup>17</sup> Indicação de leitura: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. Descolonizar o imaginário - debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 1ª. ed., 2016. Disponível em: [http://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar\\_o\\_Imaginario\\_web.pdf](http://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/08/Descolonizar_o_Imaginario_web.pdf). Acessado em: 07ago17.

essa gente, com quem tem essa perspectiva de vida, de compromisso com a vida plena de todos. Grato a todos e todas!

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SIQUEIRA, Ruben. Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano: um relato do contexto histórico e contemporâneo dos caminhos das águas do Rio São Francisco. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 5, n. 2, p. 5-21, 2017. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 30 de Jul. de 2017

Aceito em: 30 Set. 2017